

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho de Administração, estando presentes: Diovana May Machado, Cláudia Simara Beber, Arlete de Souza, Adriano Heitor Rosenbrock, Laiana da Silva Ossemer, Mário Cesar Posanski, Rubens Augusto Menslin, Heliana Duarte Prim e Carlos Alberto Luithardt. O presidente Sr. Jorge Elpidio Wischneski justificou sua ausência por estar de férias, razão pela qual acionou o suplente Sra. Rubens Augusto Menslin, bem como Sr. Fernando Guedes justificou a impossibilidade de comparecer em razão de reunião no mesmo horário, razão pela qual acionou sua suplente Sra. Heliana Duarte Prim. Representando o Instituto, estiveram presentes o senhor Valdenir Borges Ribeiro, Diretor Executivo e a Doutora Jenifer Wilvert, Procuradora Jurídica. Como de rotina, a ata anterior foi enviada previamente a todos por meio eletrônico, para leitura e acréscimos ou alterações, e nesta reunião ordinária, foi aprovada e assinada por todos. Laiana agradece a presença de todos e faz a leitura da pauta da reunião: 1- Aposentadorias e Pensões; 2- Carteira de Investimentos de dezembro; 3- Descongelamento da Lei 173; 4- Planejamento para 2023; 5- Ações Judiciais; 6- Assuntos gerais. Em andamento à pauta, Laiana passa a palavra para Doutora Jenifer Wilvert apresentar os pedidos de aposentadorias e pensões que necessitam ser analisados pela plenária do Conselho de Administração do Instituto, conforme segue: 1) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição -especial de magistério- da Senhora NOELI TEREZINHA MARCELINO SCHWEITZER, no cargo de Professora, nível D-III, com proventos integrais e paridade; 2) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da Senhora MARGARETE DUBIELA, no cargo de Agente Administrativo, nível A-3, com proventos Integrais e paridade; 3) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da Senhora DENISE BELTRAMINI DEMARCH, no cargo de Professora, nível C-III, com proventos Integrais e paridade; 4) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição -especial de magistério- da Senhora ISOLETE VERSINO, no cargo de Professora, nível D-III, com proventos integrais e paridade; 5) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição -especial de magistério- Senhora MARLETE ZABEL, no cargo Professor, nível C-III, com proventos correspondentes a integralidade do valor da média das 80% maiores base de contribuição e sem paridade; 6) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade da Senhora MARIA CRISTINA PACHECO MAFRA, no cargo de Assistente Social, nível K-1, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e valor calculado sobre a média dos 80% maiores salários de contribuição e sem paridade; 7) Requerimento de pensão por morte de YOHANA CAROLINE PETRIS ALVES, na qualidade de filha da servidora pública municipal Senhora ELEIDE PETRIS, falecida em 26/05/2022; 8) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade do Senhor. Paulo Brizóla, no cargo e Pedreiro, nível E-1, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e valor calculado sobre a média dos 80% maiores salários de contribuição e sem paridade. Os requerimentos de aposentadorias e pensão foram analisados e apresentados, tendo do item "1" ao "7" parecer jurídico favorável à concessão, tendo o requerimento do item "8" parecer jurídico desfavorável à concessão. A presidente colocou em discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade os requerimentos de "1" a "7" e indeferido por unanimidade o requerimento de item "8". Em seguida, mantendo a palavra a Procuradora do Instituto apresentou ao Conselho os processos judiciais protocolados em desfavor do Instituto, de fevereiro de dois mil e vinte e dois até a data da reunião, sendo eles: 1) Ação de reconhecimento de atividade especial para fins previdenciários de Gertrudes Whrmeister; 2) Ação de reconhecimento de dependência econômica para fins de concessão de pensão por morte de Evaldina de Souza; 3) Ação de concessão de auxílio-doença de Daiany Pianezzer de Souza Lapazini; 4) Ação de reconhecimento de união estável em período superior a dois anos para fins de concessão de pensão por morte vitalícia de Ivanir Salete da Luz. Na sequência Valdenir apresentou a Carteira de Investimentos de dezembro, informando que a rentabilidade foi de R\$ 1.542.475,52, conforme relatório enviado por e-mail, basicamente influenciada pela renda fixa, destacando que não houveram novos investimentos, apenas os resgates normais para pagamento da folha mensal e da segunda parcela do décimo terceiro salário. Apresentou também o relatório de receitas e despesas do Instituto, informando que os

recolhimentos da folha estão dentro dos prazos e os demais recolhimentos provenientes dos parcelamentos e Aporte Financeiro também com os pagamentos regulares, lembrando que na parcela de Comprev recebida em dezembro estão inclusos os valores do décimo terceiro salário. Ficou à disposição dos Conselheiros para dúvidas e questionamentos. A Conselheira Arlete questiona a situação dos aposentados em relação ao descongelamento da Lei 173, progressões, anuênios, licença prêmio, e Adriano explica que conforme os requerimentos, será feita uma rescisão complementar, atualizando os períodos e valores para inclusão na folha dos inativos, com recolhimento da parte previdenciária, Laiana complementa que serão verificadas também as situações das férias. Em seguida Arlete fala da necessidade de um planejamento das ações do Instituto para este ano, elogiando o encontro dos aposentados e pensionistas realizado em dezembro na Fundação Cultural, mas enfatizando que os encontros precisam ser de formação e informação, de modo a contemplar os servidores ativos e inativos, com a realização de palestras e capacitações voltadas para educação previdenciária, entre outras atividades, sugerindo compor uma equipe de trabalho. Nos assuntos gerais, Arlete expõe sua preocupação com a estrutura física e funcional do Instituto, visto que são poucos servidores para atender a grande quantidade de aposentados e pensionistas, com espaços reduzidos e por vezes improvisados, devendo o Instituto solicitar ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, a nomeação de novos Agentes Administrativos aprovados em concurso público e a realocação do SIMM – Serviço de Inspeção Médica Municipal junto ao Departamento de Gestão de Pessoas. Rubens fala que participou do Conselho do antigo FAP a mais de doze anos atrás e voltando hoje percebe que está tudo igual, não houveram mudanças, que preza pela informatização e redução de custos na manutenção da máquina pública, mas que o Instituto precisa crescer em estrutura física e de pessoal para acompanhar a demanda. Ficou decidido que as reuniões do Conselho permanecem na terceira terça-feira de cada mês, às oito horas e trinta minutos. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Claudia Simara Beber, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e demais participantes.